

Antropologia e Patrimônio Cultural

trajetórias e conceitos

ORG. IZABELA TAMASO E MANUEL FERREIRA LIMA FILHO

ABA PUBLICAÇÕES

A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia

Regina Abreu

Manuel Ferreira Lima Filho

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem um caráter etnográfico e busca mapear alguns dos últimos estudos antropológicos que tomam patrimônios e museus como objeto. Temos como foco de análise as experiências do “Grupo de Trabalho Permanente em Patrimônios e Museus” vinculado à Presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O referido grupo foi criado inicialmente com o nome de “GT de Patrimônio da ABA” a partir de uma proposta de vários sócios no final da 24ª Reunião Brasileira de Antropologia em Olinda em 2004. Constatou-se na ocasião uma grande demanda junto à Presidência da ABA de questões relacionadas ao tema do Patrimônio, dos Museus e da Memória Social, bem como o crescimento significativo do número de antropólogos trabalhando nesta área, fosse nas universidades, nas Ongs ou nas instituições culturais. O GT consolidou-se na gestão 2004/2006 durante a Presidência de Miriam Pillar Grossi e continuou seus trabalhos nas gestões seguintes, respectivamente de Roberto Cardoso de Oliveira, de 2006 a 2008, e de Carlos Caroso, de 2008 a 2010. Na Reunião Brasileira de Antropologia de 2010, em Belém, o GT decidiu acrescentar o nome “Museus” ao GT de Patrimônios devido ao crescimento do número de associados trabalhando com o tema. Até o presente momento, o GT teve como coordenadores e vice-coordenadores os seguintes associados da ABA: Manuel Ferreira

Lima Filho e Regina Abreu (2004/2006); Regina Abreu e José do Nascimento Junior (2006/2008); José Reginaldo Santos Gonçalves e Cornelia Eckert (2008); Bartolomeu Tito de Figueiroa e Cornélia Eckert (2008/2010); Izabela Tamaso e Alicia Castells (2010/...).

As ações do GT nestes quase dez anos de atuação têm sido reunir e acolher as pesquisas e trabalhos de antropólogos no campo de patrimônios e museus estimulando reflexões, debates e publicações. Listamos a seguir as principais atividades do GT nas últimas quatro Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia desde a data de sua fundação, ou seja, na 24ª RBA (2004-Olinda/PE); na 25ª RBA (2006-Goiânia/GO); na a (2008-Porto Seguro/BA); na 27ª RBA (2010-Belém/PA).¹ Na 24ª RBA (2004-Olinda/PE), tivemos a oportunidade de participar com o Simpósio “O Patrimônio Cultural e as Narrativas sobre o Brasil”, coordenado por Manuel Ferreira Lima Filho, na época vinculado ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás; Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural; o Fórum de Pesquisa “Patrimônios Coletivos, Memórias Sociais e Diversidade Biocultural”, coordenado por Alexandre Fernandes Corrêa, da UFMA, e Marcos Silva da Silveira, do IGPA; o Fórum de Pesquisa “Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios Culturais”, coordenado por Regina Abreu, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio; José Reginaldo Santos Gonçalves, do IFCS/UFRJ e Manuel Ferreira Lima Filho - IGPA/UCG. Na 25ª RBA (2006-Goiânia/GO), o GT contou com a Mesa Redonda “Antropologia na Cidade e Políticas Patrimoniais”, coordenada por Manuel Ferreira Lima Filho (UCG/IGPA); o Simpósio Especial “Antropologia e Museus: revitalizando o diálogo”, coordenado por Regina Abreu (Unirio); o GT “Antropologia, memória e narrativas”, coordenado por Andrea Ciacchi (UFPB) e Julie A. Cavnignac (UFRN); o GT “Educação patrimonial: perspectivas e dilemas”, coordenado por Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA)

¹ Todo este material encontra-se disponível no portal da ABA <www.abant.org.br>.

e Marcia Bezerra (UCG); o GT “Patrimônio cultural e desenvolvimento regional”, coordenado por Arlete Assumpção (Unicamp/USP) e Marilda Checcucci Gonçalves da Silva (FURB); o GT “Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades”, coordenado por Mônica Beatriz Roitman (Universidade de Buenos Aires, CONICET) e Alicia N. G. de Castells (UFSC); o GT “Patrimônio, linguagens e memória social”, coordenado por Carlos Caroso (UFBA) e Jane Beltrão (UFPA). Na 26ª RBA (2008-Porto Seguro), a participação do GT de Patrimônios e Museus abarcou o Simpósio Especial “Antropologia dos Museus e dos Patrimônios”, de âmbito internacional, coordenado por Regina Abreu (PPGMS/Unirio); a Mesa-Redonda “Antropologia dos Objetos, Museus e Cidades Patrimoniais”, coordenada por Manuel Ferreira Lima Filho (UCG); o minicurso “Antropologia dos Patrimônios”, coordenado por Izabela Tamasso (UnB); o GT “Cultura Popular, Patrimônio Imaterial e Cidades”, coordenado por Luciana Carvalho (Iphan) e Sérgio Ivan Gil Braga (UFAM); o GT “Coleções, Museus e Patrimônios”, coordenado por Manuel Ferreira Lima Filho (UCG) e Regina Abreu (PPGMS/Unirio). Na 27ª RBA (2010-Belém/PA), o tema dos dos patrimônios e museus congregou a Mesa Redonda “Coleções etnográficas e museus”, coordenada por Renato Monteiro Athias (UFPE); o Simpósio Especial “Em Torno da Defesa do Patrimônio Cultural”, coordenado por Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros (UFPE); o GT “Arqueologia e memória social”, coordenado por Carlos Etchevarne (UFBA) e Scott Joseph Allen (UFPE); o GT “Patrimônio, memória e saberes e práticas da alimentação”, coordenado por Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB) e Renata Menasche (UFPEL); o GT “Antropologia dos lugares, paisagens e patrimônios”, coordenado por Regina Abreu (Unirio) e Izabela Tamasso (UFMT). Ainda em Belém Alicia Norma González de Castell e Manuel Ferreira Lima Filho coordenaram o minicurso “Patrimônios e Museus na perspectiva da Antropologia”. Em 2010 Bartolomeu Tito de Fi-

gueiroa coordenou a III Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco participando da mesa “Memória, Patrimônio e Territorialidade: Novas Reflexões, Velhos Desafios”. Este evento reuniu vários membros do GT e foi bastante elogiado pela eficiência da organização e, principalmente, por apresentarr um estado da arte do patrimônio no Nordeste brasileiro.

Ao longo destes anos, a temática da memória, dos patrimônios e dos museus consolidou-se como campo de estudos dos antropólogos. Verificou-se uma diversidade de proposições, enfoques, etnografias, estudos de caso que incluem a análise de coleções, objetos, paisagens, práticas de alimentação, museus, cidades, processos de patrimonialização, educação patrimonial, políticas patrimoniais. Vimos nascer novas disciplinas e áreas de pesquisa, novos objetos e novas formulações teóricas. Também percebemos o nítido crescimento do interesse pela reflexão sobre o caráter de sacralidade que patrimônios e museus adquiriram no mundo contemporâneo e as tentativas de desvendar os significados plurais de que se revestem na atualidade tanto processos instituintes quanto processos instituídos, gerados pela formação de acervos, coleções, museus, patrimônios. Ao longo deste período, graças a apoios de agências de fomento como a Capes, o CNPq, a Fundação Ford, e também do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan e, mais tarde do Instituto Brasileiro de Museus/Ibram, tivemos a oportunidade de trazer alguns convidados internacionais que contribuíram para apresentar outros cenários de ações patrimoniais e museais, o que permitiu tecer algumas análises comparativas e estabelecer redes de trabalho com instituições e pesquisadores da França, dos Estados Unidos, da Áustria, de Portugal, da Colômbia, da Argentina, entre outros. Destacaram-se Paulo Peixoto (CES/Coimbra/Portugal); Nélia Dias (ISCTE/Lisboa/Portugal); Benoit de L’Estoile (IRIS/CNRS/França); Christian Feest (Museu Etnográfico de Viena/Áustria); Ramiro Matos (Smithsonian Institution/Estados Unidos); Marley Roberts Brown III (Williamsburg/W&M/CWF/

EUA); Fernando Barona (Museu do Ouro/Bogotá/Colômbia); Margarita Chaves (ICHAN/Bogotá/Colômbia); Mônica Roitman (Universidade de Buenos Aires/Argentina).

2 POR UMA "ANTROPOLOGIA DE MUSEUS"

O trabalho de antropólogos em cursos de graduação de museologia e memória social estimulou a criação de uma disciplina denominada "Antropologia de Museus", que foi inicialmente instituída na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). A aposta neste caso é que uma antropologia que tome os museus como centro de suas análises pode ser altamente promissora, no sentido da compreensão de valores sociais e sistemas simbólicos. Os museus na sociedade ocidental moderna passaram a sintetizar referências culturais emblemáticas e sagradas. Estudar os museus a partir de um instrumental antropológico pode ser uma boa estratégia para interpretar aspectos de diferentes modos de fazer e de pensar estados-nações, grupos sociais e étnicos. Deste modo, tematizar os museus de um ponto de vista antropológico não significa estudar apenas os museus classificados como "museus antropológicos" ou se ater aos chamados "objetos etnográficos", ou seja, aqueles que foram coletados por antropólogos como parte de suas pesquisas sobre a diferença cultural. Assim, qualquer museu, em seus mais variados aspectos, pode ser objeto de pesquisa da Antropologia: um "fato social" ou, como querem alguns, um "fato museal". É importante chamar a atenção para o paradigma oclocêntrico que rege a sociedade contemporânea, onde o sentido da visão vem predominando sobre os demais. Neste contexto, os museus adquiriram especial centralidade, pois são lugares essencialmente voltados para a exibição. Os rituais de visitas a museus se converteram em verdadeiras peregrinações a lugares culturalmente significativos. É nas visitas a museus que os viajantes descobrem, entram em contato e experimentam o sentido da alteridade, do contato com outros mundos. Em

muitos casos, os museus se tornaram portas de entrada e lugar por excelência de apresentação de sínteses culturais elaboradas por agentes sociais que incorporaram os conceitos antropológicos de cultura difundidos durante todo o século XX. Os museus no mundo contemporâneo multiplicam-se, expressando significados diversificados. São lugares reverenciados e sacralizados. É por meio deles que podemos observar certos rituais da contemporaneidade que se concentram na possibilidade de olhar e reter imagens valorizadas, seja de uma obra de arte, seja de um objeto histórico, seja de uma referência de cultura material. Refletir sobre os museus como lugares do sagrado no contemporâneo vem se tornando uma boa estratégia para a pesquisa antropológica num mundo que se apresenta cada vez mais como rede interconectada, onde as culturas se fazem de forma extremamente relacional. Perceber como diferentes agentes sociais em diferentes contextos constroem diferentes museus e exposições, quais os objetos escolhidos, quais as estratégias de apresentação destes objetos e como diferentes populações interagem com estes universos tem se revelado um caminho para o estudo daquilo que se constituiu como objeto da Antropologia Cultural: a diversidade cultural.

Por outro lado, a criação de uma disciplina voltada para o estudo antropológico dos museus, ao lado de outras ações importantes de antropólogos no campo dos museus, propiciou uma aproximação de antropólogos e museólogos que se expressou em algumas parcerias. É importante citar que desde o início da fundação de um GT permanente voltado para o tema dos patrimônios e museus contamos com a parceria do Departamento de Museus do Iphan, recentemente transformado em Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), órgão governamental ligado ao Ministério da Cultura. Tal parceria tem sido importante para o desenvolvimento de muitas das ações propostas. Lembramos que o atual presidente do Ibram, José do Nascimento Junior, é ele mesmo um antropólogo, associado da ABA e foi vice-coordenador do GT. A construção desses laços tem

contribuído para que as ações propostas sejam bem desenvolvidas, uma vez que realizar seminários, colóquios, publicações dependem da mobilização dos associados, já que a ABA é uma associação civil sem fins lucrativos. Outro fato importante nessa rede acadêmica e institucional que se formou em torno do tema da Antropologia e dos Museus diz respeito à criação de vários cursos de graduação em Museologia, muitos deles abrigados em Departamentos de Antropologia ou de Ciências Sociais no contexto do Projeto Reunido do Ministério da Educação do Governo Lula. O Brasil é pioneiro na formação de museólogos como profissão em nível de graduação, com registro oficial. Na última década, 12 novos cursos foram criados, somando-se aos dois anteriormente existentes, da Unirio (1932) e Universidade Federal da Bahia - UFBA (1969), o que totaliza 14 cursos de Museologia a nível de graduação no país. São eles: Centro Universitário Barriga Verde - Unibave (2004), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (2006), Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (2006), Universidade Federal de Sergipe - UFS (2007), Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (2007), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2008), Universidade Federal do Pará - UFPA (2009), Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2009), Universidade de Brasília - UNB (2009), Universidade Federal de Goiás - UFG (2010), Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2010), Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2010).

3 OUTRAS PARTICIPAÇÕES DO GT

Cabe assinalar que, além das participações regulares nas RBAs, o GT catalisou um conjunto de atividades em outras reuniões científicas, como os Encontros Anuais da Anpocs, as reuniões regionais de Antropologia com destaque para as reuniões da ABA Norte e Nordeste (ABANNE) e da ABA do Mercosul (RAM). Em algumas ocasiões, como em julho de 2006, os membros do GT somaram esforços para realizar um conjunto de eventos coordenados: um se-

minário internacional no Auditório Paulo Freire na Unirio no Rio de Janeiro, uma participação efetiva na 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia na cidade de Goiânia, de 15 a 16 de julho de 2006, com uma mesa redonda e um grupo de discussão em torno do tema dos museus e do patrimônio, reunindo interessados e ouvindo comunicações de todo o Brasil. Com apoio da Fundação Ford e do então Departamento de Museus do Iphan tivemos também a oportunidade de permanecer mais três dias na Cidade de Goiás, localizada no estado de Goiás, originalmente Vila Boa dos Goyazes, e inscrita, desde o ano de 2001, na lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Nesta cidade, realizamos um Seminário internacional com os membros do GT e convidados da área de museus e patrimônio. Na ocasião, foram realizadas oficinas práticas em torno do tema do Patrimônio e dos Museus estimulando os convidados nacionais e internacionais a realizarem percursos em torno do Patrimônio Material e Imaterial e dos Museus da Cidade de Goiás.

Além de criar um fórum de discussão na web, que atualizou o debate do GT, editamos um livro com uma seleção de ensaios e artigos com selo da ABA, patrocínio da Fundação Ford e apoio do Departamento de Museus do Iphan, organizado por Manuel Ferreira Lima Filho, Cornelia Eckert e Jane Beltrão (2007). Na sequência, o GT realizou, no ano de 2008, um Seminário Internacional sobre Museus e Antropologia no Museu da República no Rio de Janeiro e um Colóquio de Museus e Antropologia, que antecedeu a 26ª Reunião Brasileira de Antropologia em Porto Seguro na Bahia. Foi criado um grupo de trabalho com comunicações de docentes e estudantes de diversas universidades e centros de pesquisa do Brasil. Com base no material apresentado nas reuniões da ABA e outros eventos, selecionamos alguns trabalhos e publicamos, com apoio do então Departamento de Museus do Iphan, o livro *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*, organizado por Regina Abreu, Mario Chagas e Myrian Sepúlveda dos Santos (2007). Vale ressaltar que na linha editorial “Coleção

Museu, Memória e Cidadania” promovida pelo Departamento de Museus do Iphan, mais tarde, substituído pelo Ibram, foram publicados outros trabalhos originalmente apresentados em atividades do GT de Patrimônios e Museus, entre eles, o livro *Objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico*, de Andréa Rocca (2008).

Por fim, antecedendo a 27ª Reunião Brasileira de Antropologia em Belém, tivemos a oportunidade de realizar um Seminário de Museus e Antropologia num lugar de significância social local: o antigo colégio jesuíta e a igreja de Santo Alexandre, do século XVIII, localizados na praça da Sé, na cidade velha.

4 ATUALIZANDO A PRODUÇÃO DO GT DE PATRIMÔNIO E MUSEUS: TEMAS DE INTERESSE

Apresentamos a seguir alguns dos principais temas e focos da reflexão contemporânea de antropólogos sobre patrimônios e museus a partir da sistematização das reuniões da ABA e outros eventos promovidos pelo GT.

4.1 Museu enquanto repositório de objetos – cultura material ou por uma Antropologia dos Objetos

Um dos grandes eixos de interesse dos antropólogos refere-se a estudos sobre objetos ou cultura material. Alguns destes estudos buscam fazer um inventário do legado das práticas colecionistas nos grandes museus enciclopédicos no Brasil ou no exterior, com destaque para a grande evasão de objetos etnológicos para museus no exterior durante todo o século XIX e princípios do século XX. Outras pesquisas vêm focalizando a história e o significado de coleções específicas, como o estudo sobre a coleção de magia negra reunida no contexto de operações policiais de perseguição a religiões afro-brasileiras no Brasil; ou as pesquisas sobre a formação de coleções no contexto da formação de museus no contexto brasi-

leiro; por exemplo, o Museu do Índio, que nasceu com uma vocação de defesa das etnias indígenas no Brasil. Há muitos trabalhos antropológicos recentes sobre a formação de coleções etnográficas e seus significados para a história da Antropologia no Brasil. Um destes trabalhos resultou numa dissertação de Mestrado, orientada por Regina Abreu, em que Ione Couto focaliza as primeiras coleções do museu do Índio, como a coleção de plumária urubu caapor formada pelo antropólogo Darcy Ribeiro numa atitude pioneira de valorização da arte indígena no país (Couto, 2007).

Com relação aos estudos de cultura material, uma das novidades do campo tem sido a formulação de uma Antropologia dos Objetos, reunindo novas reflexões sobre os objetos de um ponto de vista da Antropologia, tanto no que diz respeito a processos de patrimonialização, quanto no que tange aos significados e agenciamento dos objetos em várias culturas.

Um tema recorrente, que atravessa sobretudo os textos de José Reginaldo Santos Gonçalves e seus alunos, diz respeito ao papel dos objetos materiais em geral, e também daqueles classificados como itens integrantes de coleções, museus e patrimônios, em especial o papel que os monumentos desempenham no processo de formação de diversas modalidades de autoconsciência, seja individual ou coletiva. Nesse sentido, tais objetos não são estudados apenas como marcadores de identidades individuais e coletivas, mas também como elementos que contribuem para a constituição e percepção subjetiva dos agentes sociais. Em sua presença incontornável e difusa, usados privada ou publicamente, colecionados e expostos em museus ou como patrimônio cultural no espaço das cidades, esses objetos influenciam secretamente a vida de cada um de nós. José Reginaldo Santos Gonçalves chega a afirmar que o estudo dos objetos é de suma importância pois são eles que, de certo modo, nos inventam. Foi com base nesta reflexão que o antropólogo publicou, em 2007, o livro *Antropologia dos objetos* com o selo do Ibram (Gonçalves, 2007).

Relacionado ao tema dos objetos, uma atenção especial tem sido conferida ao ato de colecionar: uma prática humana universal que pode ser considerada equivalente ao ato de classificar. Não podemos viver sem classificações. Por meio das classificações organizamos o espaço, o tempo, os grupos sociais, as pessoas, os amigos, os consanguíneos, os afins. De alguma maneira classificar é estabelecer formas de poder. Casas, mobílias, roupas, ornamentos corporais, joias, armas, moedas, instrumentos de trabalho, instrumentos musicais, variadas espécies de alimentos e bebidas, meios de transporte, meios de comunicação, objetos sagrados, imagens materiais de divindades, substâncias mágicas, objetos cerimoniais, objetos de arte, monumentos, todo um vasto e heteróclito conjunto de objetos materiais circula significativamente em nossa vida social por intermédio das categorias culturais ou dos sistemas classificatórios dentro dos quais os situamos, separamos, dividimos e hierarquizamos. O objeto é pois alvo de poder de *mana*, “a alma na coisa” como diria Marcel Maus ([1920]1969). Classificar as coisas confere *status* a uma lógica de sistemas de objetos, como refletiu Baudrillard (2008).

Desse modo, expostos cotidianamente a uma extensa e diversificada teia de objetos, sua relevância social e simbólica, assim como sua repercussão subjetiva em cada um de nós, termina por nos passar despercebida em razão mesmo da proximidade, do aspecto familiar e do caráter de obviedade que assume. O instrumental teórico e metodológico da Antropologia tem contribuído muito para aguçar esta percepção em diversificados estudos de caso que circulam pelo GT.²

Ainda com relação aos temas dos Estudos sobre Cultura Material, da Antropologia dos Museus e da Antropologia do Objeto, os participantes do GT valeram-se de importantes interlocuções com alguns antropólogos estrangeiros, entre eles os já

² Sobre este tema ver: Appadurai, Arjun. *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed da UFF, 2010.

citados Nélia Dias (ISCTE/Lisboa/Portugal), Christian Feest (Museu Etnográfico de Viena/Áustria), Ramiro Matos (Smithsonian/Estados Unidos), Fernando Barona Tovar (Museu do Ouro/Bogotá/Colômbia). Este diálogo foi muito estimulante para o GT abrindo caminho para uma nova reflexividade: como os museus, os patrimônios e as coleções brasileiras são percebidas por antropólogos que produzem em outros contextos? Como os antropólogos em outros países vêm refletindo sobre o legado de objetos no contexto dos museus em seus países? Nos Seminários Internacionais promovidos pelo GT, Nélia Dias (2007), professora e pesquisadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) e do ISCTE apresentou alguns aspectos do ponto de vista singular da Antropologia portuguesa sobre os museus de dentro e de fora de Portugal. Já Fernando Barona Tovar iniciou os membros do GT no contexto dos museus colombianos, pouco conhecidos no Brasil, em especial o Museu do Ouro, que tem sob sua guarda cerca de 50.000 objetos, incluindo importantes coleções de ourivesaria, cerâmica, material lítico e têxtil elaborados por povos pré-hispânicos, que se encontram sob a guarda do Banco da República da Colômbia. Ramiro Matos, Curador para América Latina do Museo Nacional del Indígena Americano do Smithsonian Institution apresentou a filosofia e a política de repatriações do Museo Nacional do Índigena Americano do Instituto Smithsonian, um grande museu dedicado a povos e culturas indígenas do Continente Americano, que vem realizando sucessivas reflexões e práticas com povos indígenas sobre os destinos dos objetos que foram coletados. Na visão de Ramiro Matos, “atualmente, este é o maior e o mais completo museu dedicado aos povos e culturas indígenas do Continente Americano. Nele, diferentemente dos museus tradicionais, o indígena é reconhecido como criador dos objetos culturais, e os próprios objetos recuperam seu sentido humano. É um museu vivencial em que o indígena sente orgulho de sua própria experiência.”³ Ramiro Matos

3 Trecho de sua comunicação gravado na ocasião. Acervo do Laboratório de Memória e Imagem do PPGMS/Unirio.

trouxe na ocasião uma reflexão sobre as políticas de repatriação do Museu do Homem Americano, especialmente sobre algumas experiências de repatriação de restos mortais de indivíduos de diferentes contextos culturais que se encontram ainda hoje nas reservas técnicas de museus no Ocidente, resultado de antigos processos de colecionamento.

Particularmente, a comunicação do antropólogo austríaco Christian Feest trouxe informações inéditas e um campo de pesquisa a ser explorado futuramente pelos integrantes do GT relativo a práticas de colecionamento dos museus europeus no contexto de práticas colonialistas. Algumas pesquisas de antropólogos brasileiros já chamavam a atenção para este tema, como a de Luís Donisetti Grupioni, que originou o livro *Coleções e expedições vigiadas* (1998) sobre as práticas colecionistas de Curt Nimuendaju, considerado o primeiro etnólogo no Brasil e que arrecadava recursos para sua sobrevivência e suas pesquisas vendendo objetos para os museus europeus.

O antropólogo Christian Feest, na época à frente do Museu Etnográfico de Viena, apresentou-nos um tesouro que poucos de nós conhecíamos: as coleções de objetos etnográficos brasileiros incorporadas ao acervo daquele museu. A exposição de Feest nos impactou, pois pudemos avaliar, ao menos em parte, a quantidade de objetos que foram retirados de comunidades indígenas e caboclas brasileiras e coletados para os museus europeus no decorrer do século XIX. Feest chamou a atenção para a carência de estudos sobre estes acervos. Ficamos sabendo, por exemplo, que o zoólogo Johann Natterer, que chegou ao Brasil na comitiva da Princesa Leopoldina por ocasião de seu casamento com D. Pedro de Alcântara, foi um dos maiores colecionadores de “coisas do Brasil”. A coleção composta por um conjunto pouco uniforme de objetos que incluía desde minerais, insetos, pedaços de intestinos de animais, conchas, pássaros, peixes, pedaços de madeira até os chamados “objetos etnográficos” recolhidos de aproximadamente 60 etnias

diferentes. Como chegou a um acervo muito volumoso, foi criado um Museu Brasileiro em Viena, que funcionou entre 1821 e 1836.

O tema dos objetos é também associado ao tema da circulação da vida social. Inspirado no ensaio de James Clifford, “Colecionando Arte e Cultura” (2003), alguns trabalhos apresentados no GT procuraram acompanhar descritiva e analiticamente o deslocamento e as transformações (ou reclassificações) dos objetos nos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos, tais como as coleções, os arquivos, os museus e os patrimônios culturais.

Em suma, no tocante à temática da cultura material, o propósito do GT tem sido reunir pesquisadores dedicados ao estudo dos processos socioculturais de transformação de objetos materiais e modos de vida em “coleções”, “museus” e “patrimônios”. O objetivo é discutir práticas e representações que norteiam a expropriação e o deslocamento desses objetos e modos de vida em relação aos seus proprietários originais. As pesquisas vêm focalizando agentes e instituições que exercem o poder de classificá-los nos limites de coleções privadas ou públicas. Discutimos como tais objetos e modos de vida, sob o controle de agentes e instituições, são exibidos e legitimados enquanto “patrimônios”. Essa transformação é operada por agentes e instituições situados entre o Estado, os movimentos sociais e o mercado. Nessa rede, coleções, museus e patrimônios constituem-se em campos de batalha, nos quais se percebem a elaboração e a contestação de identidades e memórias coletivas.

Um bom exemplo pode ser encontrado nas pesquisas de Nélia Dias (ISCTE/Lisboa), que retornou ao Brasil, a convite do GT e apresentou nova comunicação na 26ª RBA (Porto Seguro/BA, 2008), por ocasião do Simpósio Especial Antropologia dos Museus e dos Patrimônios. A antropóloga refletiu sobre os modos de apresentação e de re-presentation das coleções brasileiras expostas na unidade patrimonial “Américas” do Musée du quai Bran-

ly em Paris (MQB). Foram examinadas as estratégias expositivas e a maneira como este museu procura ultrapassar a museografia da contextualização abrindo caminho para novas modalidades de apresentação dos objetos para além da dicotomia arte/artefacto. A autora concluiu que, se os objetos relativos às Américas são bastante abundantes (mais de 840) no MQB, contudo apenas uma ínfima parte diz respeito ao Brasil. As coleções brasileiras encontram-se repartidas nas várias seções temáticas, com particular ênfase nas duas seções – “A América antes das conquistas” e “As Américas negras”. Quatro categorias de objectos são particularmente destacadas : 1) as coleções recolhidas por Claude Lévi-Strauss relativas aos Bororo e aos Nambikwara; 2) os objetos Karajá coletados no âmbito da missão Jean Veillard; 3) os objetos relativos ao candomblé expostos na secção “As Américas negras”; 4) os objetos de carácter histórico relativos aos Munduruku e aos Tupinambá. Em suma, segundo Nélia Dias, dois aspectos caracterizam as coleções brasileiras expostas no MQB, por um lado a tônica posta nos objetos com forte impacto visual (plumária), por outro lado objetos de carácter ritual. Partindo da asserção de Nicholas Thomas segundo a qual “é da natureza dos artefactos serem promíscuos, eles deslocam-se entre domínios culturais e sociais muito diferentes, mudando ao mudarem de contexto, mas sem se comprometer na sua essência” (1991), a comunicação analisou a história da circulação dos objetos bem como a re-classificação dos objetos ditos etnográficos como objetos de arte e de civilização. A partir de sua pesquisa sobre o MQB, a pesquisadora questionou se a abordagem estética dos objetos não ocidentais pode ser considerada como uma alternativa às abordagens em termos de contexto etnográfico. Para ela, quando um museu classifica objetos etnográficos a partir da noção de estética, como vem fazendo o MQB, há que se indagar sobre o conteúdo da noção de estética e de “objeto de arte” subjacente ao projeto museológico. Indo mais longe, ela chamou a atenção para as implicações políticas e culturais da redefinição de coleções não

ocidentais como patrimônio nacional e patrimônio da humanidade. Por fim, dada a relevância e o impacto da novidade advinda com o MQB, a antropóloga formulou a hipótese de estarmos diante de um novo modelo museológico, em ruptura com os museus etnográficos “tradicionais” e com os museus de “arte primitiva”.

4.2 Patrimônios e museus como narrativas ou práticas discursivas ou “por uma Antropologia dos Patrimônios e Museus”

O tema da discursividade é recorrente nos estudos antropológicos sobre patrimônios e museus. Vistos sob este prisma, patrimônios e museus são essencialmente analisados como lugares de consagração de determinadas memórias representativas de culturas, agentes sociais, personagens, períodos históricos. Os mecanismos de consagração neste caso operam, de um lado, na formação dos acervos e das coleções e, de outro lado, na construção discursiva em torno destes acervos e coleções. Os processos de formação dos acervos e das coleções, bem como dos próprios patrimônios e museus, constituem importantes fontes de estudo para a Antropologia, pois expressam processos seletivos que se modificam ao longo do tempo produzindo representações sobre culturas, nações e outras categorias modernas. Um dos objetivos da Antropologia dos Patrimônios e Museus tem sido perceber os valores que embasam e sustentam padrões e regras culturais e de que modo estes valores são cotidianamente afirmados e sustentados discursivamente. Para este fim, patrimônios e museus são “postos de observação” singulares. O que guardamos? O que descartamos? Como hierarquizamos as coisas, as palavras, as pessoas? Que categorias, valores e significados discursivos são eleitos quando se trata de preservar ou exibir uma manifestação cultural ou um período histórico? Que histórias estão sendo contadas a partir de inventários, tombamentos, registros, documentações e deslocamentos dos objetos da vida cotidiana para o mundo dos patrimônios e museus? O tema

da discursividade associa-se diretamente ao tema das relações de poder e, neste sentido, patrimônios e museus expressam processos políticos. Como assinalou Andrea Rocca,

vinculados ao nascimento dos estados-nação, a maioria dos museus históricos e etnográficos latino-americanos foram constituídos como lugares de disputa pelas definições de determinadas categorias e valores que, por sua parte, pretendiam gerar determinadas memórias sociais – e não outras. Todas essas instituições tiveram, em comum, a utilização de seus acervos como ponto de partida, manipulando-os através de múltiplos e estratégicos processos seletivos para produzir diversas representações que, historicamente situadas, surgiam como (inacabados) produtos de relações de poder entre diferentes grupos de interesse, nas lutas pelo monopólio de certas definições (o que significava “ser nação”, “ser cidadão”, “ser índio”, “ser negro”, entre outras). Os jovens estados-nações do século XIX necessitaram da criação desse tipo de museus e os apresentaram como aparatos legítimos de conhecimento que ilustravam didaticamente a invenção de suas tradições e a escritura de suas próprias histórias (Hobsbawm e Ranger, 1984; Anderson, 1993). Longe de haver sido interpretados como dispositivos de projeções imaginadas, essas autorrepresentações nacionais foram colocadas à disposição do público como registros de ‘verdades’ históricas, possuidoras da mesma condição de autenticidade que a nação que propunham ilustrar. Geralmente, foram as histórias e estéticas das culturas dominantes que traçaram os objetivos e os estilos dessas instituições, as quais, em 1920, Marcel Mauss considerava ‘chaves’ dos mecanismos de reprodução social.” (Mauss, 1969 apud Roca, 2007; tradução dos autores)⁴

Ao analisar acervos e coleções de museus históricos, encontramos importantes pistas para decifrar as categorias de pensamento com que operavam as elites em momentos determinados. Que objetos eram escolhidos para representar o todo nacional e forjar o

4 Comunicação apresentada com o título “Patrimônio e museus: discursos possíveis” durante a VII Reunião de Antropologia Mercosul; Porto Alegre – 23 a 26 de julho de 2007 (Mesa Redonda 9 – Cartografias da Memória e do Patrimônio na América Latina). <<http://www.ufrgs.br/ppgas/7ram/index.html>>. Foi publicada em parte em: Roca (2006).

sentimento cívico? Como estes objetos foram sendo monumentalizados? Como se constituíram estes processos decisórios entre o que lembrar e o que esquecer? Quem esteve à frente destas escolhas, destas vontades de memória? Assim, acervos e coleções de museus podem ser lidos como textos expressivos desde que tomemos uma distância e percebamos neles a produção histórica de verdades particulares que se querem fazer passar por universais. O instrumental antropológico tem sido bastante útil para o estudo dos diferentes significados no campo dos museus e dos patrimônios. A etnografia, a pesquisa de campo com observação participante têm permitido compreender as lógicas que presidem a construção de monumentos ou a preservação de prédios que passaram a ser cultivados como marcos históricos ou estilos de arte e de arquitetura.

No caso dos museus etnográficos ou antropológicos, o estudo sobre coleções e acervos tem sido revelador não apenas das diferentes representações de culturas, mas também da História da Antropologia. Os objetos selecionados para serem armazenados nos museus expressam diferentes referenciais teóricos vigentes em diferentes períodos. O papel dos antropólogos enquanto coletores e agentes privilegiados de formação dos acervos e coleções não pode ser minimizado. Assim, o que encontramos nos museus etnográficos é sempre o resultado de um ponto de vista sobre uma cultura. Acervos e coleções constituem fontes discursivas privilegiadas, pois dizem muito sobre o que pensavam os primeiros antropólogos, suas teorias, seus métodos de pesquisa e as interlocuções que construíram com os grupos sociais pesquisados. Um bom exemplo deste tipo de estudo é o trabalho de Ione Couto, do PPGMS/Unirio, que foi apresentado durante a 24^a RBA em Olin-da/PE, em 2004, no Fórum “Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios Culturais” sob o título “Fragmentos de um Discurso Etnográfico: A Coleção Urubu Kaapor e o Antropólogo Darcy Ribeiro”.⁵ A partir da análise de uma coleção etnográfica

5 Ver: <<http://www.abant.org.br/news/show/id/31>>.

fica, recolhida na década de cinquenta pelo antropólogo Darcy Ribeiro, junto ao grupo indígena Urubu localizado no estado do Maranhão, são tematizadas as relações existentes entre coletor (ou colecionador) e coleção bem como levantados os critérios que nortearam o antropólogo na seleção e classificação dos objetos que constituíram a referida coleção. Outro trabalho, apresentado na mesma ocasião e que segue esta linha de pesquisa, intitula-se “De Armas do Fetichismo a Patrimônio Cultural. Transformações do Valor Museográfico do Candomblé em Salvador de Bahia no Século XX”, de autoria de Roger Sansis, do Centre of Brazilian Studies, King’s College, London. Nessa apresentação, o autor refletiu sobre as transformações históricas do valor museográfico do Candomblé na Bahia no último século, desde as primeiras coleções, resultado das expedições policiais nos terreiros, passando pelos museus que valorizam esses objetos como “Cultura Afro-Brasileira”, até a recente formação de memoriais nos mesmos terreiros, que combinam a noção de “patrimônio cultural” com o valor particular, familiar, dos objetos. O objetivo foi problematizar o processo histórico de formação de um valor cultural afro-brasileiro através dos museus, resultado das trocas simbólicas entre diversos grupos sociais, culminando com a difusão da ambígua idéia de “patrimônio cultural” (Sansis, 2007).

Um outro aspecto que vem sendo explorado pelos antropólogos tem sido as análises das exposições que incluem estudos e etnografias sobre rituais de visitação em museus e análises das exposições propriamente ditas. Um estudo de caso que segue esta vertente   o de Livia Nascente do PPGMS/Unirio, que descreveu em sua disserta o de Mestrado, orientada por Regina Abreu, todos os processos que envolveram a produ o de uma exposi o no Museu do  ndio sobre os Povos do Oiapoque: a curadoria da antropóloga Lux Vidal, o trabalho dos profissionais do museu, as rela es dos índios com o museu (Nascente, 2011).

4.3 Os Museus e as representações da cultura

Seguindo a inspiração proposta por Richard Handler no texto “On Having a Culture” (1985), alguns estudos têm explorado o aspecto problemático de representar as culturas por meio da cultura material e das ambientações museográficas. Handler enfatiza que em muitas instituições patrimoniais, as culturas são objetificadas e cristalizadas em sínteses por vezes estáticas de processos sociais ricos e dinâmicos. Como desfazer este mal-entendido? Como trazer à tona múltiplos significados de práticas culturais para além de certos estereótipos que estas instituições ajudaram a construir? Dialogando com a reflexão de Handler, alguns trabalhos vem focalizando o tema das práticas de colecionamento, como a dissertação de Mestrado orientada por José Reginaldo Santos Gonçalves. O autor analisa a circulação da “viola caipira”, que, desde a década de 30, saiu do mundo dos mitos, dos rituais e das práticas sociais de uma parcela expressiva do campesinato brasileiro, para povoar os museus e as monografias de toda uma geração de folcloristas, onde desempenhou o papel de “artefato cultural”, responsável por realizar uma mediação entre o “mundo rural tradicional” e a cultura letrada das cidades. O autor analisa o uso da categoria “autêntico” pelos folcloristas para classificar o objeto, em oposição a uma noção de cultura moderna e urbana.

4.4 A Dinâmica das categorias patrimoniais no contemporâneo

Um tema recorrente nestes anos de trabalho do GT tem sido a emergência da noção de patrimônio intangível e o debate sobre a relação entre o patrimônio tangível e o patrimônio intangível. Algumas pesquisas focalizam este tema, como o trabalho “O Bronze a Argila: o Patrimônio Cultural como Gênero de Discurso” apresentado por José Reginaldo Gonçalves (IFCS/UFRJ) durante a 24ª RBA (2004/Olinda/PE), no Simpósio Patrimônio Cultural e

as Narrativas sobre o Brasil. Gonçalves sustenta o argumento de que “a história dos modernos discursos do patrimônio cultural no Brasil tem sido marcada pela presença de determinadas categorias simbólicas de identificação que ora o associam às “elites”, ora às chamadas “classes populares”. Sua proposta é “refletir sobre algumas modalidades dos discursos acerca do “patrimônio cultural” no Brasil, explorando a hipótese segundo a qual, suas matrizes de articulação simbólica estão centradas na oposição entre os princípios expressos pelas categorias “monumentalidade” e “cotidiano”. Assim, das tradicionais concepções do chamado patrimônio de “pedra e cal” (metáfora do “bronze” ou do “mármore”), às recentes concepções do “patrimônio intangível” (metáfora da argila) – esses princípios parecem operar de modo tenso, permanente e eficaz nos processos de delimitação semântica da categoria “patrimônio” (Gonçalves, 2007). Já a comunicação “O tangível no intangível: a performance dos objetos no ritual do Kuarup no Alto Xingu”, de Regina Abreu, no Fórum de Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios Culturais”, também durante a 24ª RBA (2004/Olinda/PE), chamou a atenção para os limites da separação entre o tangível e o intangível no caso do conceito de patrimônio cultural. Focalizando o ritual do Kuarup no Alto Xingu, a autora percebeu uma performance em que os objetos emergem, assim como os corpos dos dançarinos, como coisas vivas e dançantes. Neste ritual, coisas e espíritos se mesclam com intensidade seguindo uma cosmologia própria dos povos que o praticam. Para estes povos, as dicotomias entre as categorias material e imaterial ou tangível e intangível parecem não se aplicar, o que nos leva a refletir com mais cuidado antes de universalizar esta fronteira (Abreu, 2007).

Ainda sobre o conceito de patrimônio imaterial ou intangível, José Guilherme Cantor Magnani (USP) trouxe uma reflexão interessante durante este mesmo Fórum. Segundo ele, a questão dos bens imateriais (ou intangíveis) constitui um campo ainda im-

precisamente delimitado. Não se trata de edificações, sítios naturais ou arqueológicos ou bens móveis, mas de “saberes”, “modos de fazer”, “festas e folguedos” constitutivos do modo de vida de atores sociais cujas diferenças são expressas em termos de direitos de cidadania. Algumas questões podem ser levantadas: a contemporaneidade, em vez do valor “histórico”; a inexistência de testemunhos monumentais e /ou duradouros; sua ocorrência predominante em contextos iletrados; a imaterialidade do suporte. A partir destas questões, Magnani indaga sobre a pertinência do conceito de patrimônio imaterial para a discussão da formação de identidades no contexto da vida universitária, especificamente da USP, no campus do Butantã.⁶

Um outro tema estritamente ligado ao campo de estudos em torno do patrimônio cultural tem sido o das cidades e suas ressonâncias patrimoniais. Manuel Ferreira Lima Filho (UCG/GO) apresentou na 26ª RBA (2008/Porto Seguro/BA), numa mesa sobre “Antropologia dos Objetos, Museus e Cidades Patrimoniais”, a comunicação “Passado Afro e Narrativas Museais em Williamsburg (EUA) e Ouro Preto (Brasil)”. O trabalho teve como foco principal uma investigação etnográfica em duas cidades consideradas patrimoniais: Ouro Preto (Minas Gerais) e Williamsburg, (Virgínia), numa perspectiva antropológica de investigação *cross-cultural* explorando as narrativas e representações das pessoas que moram ou moraram nessas cidades e sobre objetos, coleções, prédios, performances, rituais. Foi apresentado um primeiro exercício analítico tendo como referência a questão de um passado afro-americano e o processo de patrimonialização deste passado, que tem deixado marcas e formas de reconstrução, reafirmação ou resistência étnica entre grupos remanescentes afro-americanos que vivem nas referidas cidades (Lima Filho, 2009).

6 Ver: <<http://www.abant.org.br/news/show/id/31>>.

4.5 Os museus e a autorrepresentação

Como os “nativos” avaliam as representações que os museus fazem deles? Como os “nativos” que foram colecionados durante o século XIX e XX veem o museu? Qual a importância do museu, das coleções e dos objetos para os “nativos representados” nos museus? Algumas pesquisas vêm se dedicando a analisar um fato social contemporâneo: a crescente preocupação de lideranças indígenas com relação às representações que os museus veiculam sobre suas culturas. Além disso, são muitos os casos em que os chamados “nativos” passaram a reivindicar direitos sobre os objetos retirados de suas comunidades e levados para os museus. Um amplo debate sobre repatriamento teve lugar no mundo dos museus e, claro, os estudos antropológicos vêm acompanhando este tema. Num seminário internacional, tivemos a oportunidade de ouvir a palestra de Ramiro Matos, diretor do Smithsonian para assuntos de repatriamento e de conhecer algumas das políticas adotadas no Museu do Homem Americano, criado em 1989 no contexto do Smithsonian Institution, no que se refere ao repatriamento de certos objetos reivindicados por algumas destas comunidades. Ramiro Matos assinalou que uma lei de âmbito federal foi promulgada nos Estados Unidos visando o total repatriamento dos restos humanos, objetos funerários, objetos sagrados e objetos de uso comunal para seus lugares de origem. Com base nesta Lei, ele participou de repatriamentos de restos humanos em Cuba, Equador, Peru e Chile, mencionando que, em algumas regiões, as populações se mobilizaram em expressivos e comoventes rituais para o enterro destas relíquias. Ramiro Matos trouxe algumas questões para a reflexão que transcrevemos a seguir:

A repatriação não é incompatível com a pesquisa científica. Uma grande porcentagem dos restos humanos que se guarda nos museus foi conseguida mediante escavações ilegais, ou pelo menos sem a intervenção de profissionais em arqueologia, carecendo, portanto, de registro arqueológico, requisito indispensável para

uma pesquisa científica. Como arqueólogo, entendo que qualquer resto humano num museu é útil para a pesquisa, a análise e a iniciação científica de estudantes, ainda que careça de informações e, por conseguinte, uma repatriação afeta esta fonte de estudo. Entretanto, quero repetir com vocês a pergunta recorrente que formulam os indígenas: por que somente os ossos indígenas são objeto de estudo ou de exibição? Nosso conhecimento antropológico sobre outros temas, como a religião ou a religiosidade indígena é também limitado, mas por acaso enfatizamos estes temas como igualmente importantes na pesquisa? Creio que a pesquisa deve ser rigorosa em ambos os níveis: na antropologia física, arqueologia e análise em laboratório, assim como na comunidade, escutando os líderes espirituais, participando de seus rituais e aprendendo sobre seu universo.”⁷

4.6 Antropologia reflexiva e Antropologia da ação

Um debate importante que atravessa o GT relaciona-se com o perfil dos antropólogos, uns tendendo mais para uma antropologia reflexiva e outros para uma antropologia da ação transitando entre a reflexão e a militância. No Encontro de Museus e Antropologia em Belém (2010), houve uma inovação: representantes das comunidades indígenas vieram falar sobre seus próprios museus e sobre seus projetos dividindo a mesa com antropólogos e museólogos.

O surgimento dos “antropólogos mediadores” na cena dos estudos antropológicos sobre museus trouxe um dado novo para os estudos antropológicos com foco nos museus. Neste caso, trata-se não apenas de estudar os museus, os objetos e as coleções, mas de ouvir o “outro” que foi objeto das práticas colecionistas e das representações museológicas. É importante assinalar que, neste processo, o “nativo” também passa a incorporar a técnica da museologia, e alguns chegam mesmo a estudar museologia.

7 Conferência proferida no Museu da República (Rio de Janeiro) por ocasião do II Seminário Internacional de Memória e Patrimônio, no dia 5 de maio de 2008. Fonte: Acervo do Laboratório de Memória e Imagem do PPGMS/Unirio.

Este novo caminho da Antropologia com relação aos patrimônios e museus está sendo talhado aqui e agora, e certamente tem relação com o fortalecimento dos movimentos sociais. Neste processo de reconhecimento cultural, alguns grupos que antes eram mais conhecidos como objetos de estudo passaram a se impor como sujeitos ativos em relações inter-culturais, veiculando narrativas na “primeira pessoa”, propondo processos de inventário e patrimonialização e realizando exposições temáticas sobre suas próprias culturas. Na esteira deste processo, nos anos noventa, surgiram os primeiros museus indígenas e os primeiros museus em favelas e comunidades de baixa-renda. Este movimento de autoafirmação acabou produzindo um impacto de reconfiguração de narrativas históricas e de redirecionamento de algumas instituições, entre elas, os grandes museus etnográficos ou históricos. Assim, surgiram também as curadorias interculturais, em que os profissionais das instituições patrimoniais passaram a incluir a participação de lideranças comunitárias e étnicas nos processos de musealização e patrimonialização. Citamos três exemplos. O primeiro refere-se à criação do Museu Magüta pelos índios Ticuna na cidade de Benjamin Constant (AM), em 1991, como estratégia de revigoração da identidade étnica e de reconhecimento social. A ideia de criação do museu surgiu como instrumento de luta, num momento crítico de mobilização política, quando os Ticuna estavam mobilizados na luta pela defesa de seu território, confrontando-se até mesmo com grupos armados. Do ponto de vista das lideranças indígenas, era preciso fortalecer a identidade Ticuna, muitas vezes escondida pelos próprios índios e sempre negada pela população regional.⁸

Para a formação do acervo, líderes Ticuna mobilizaram cerca de 95 aldeias, com uma população de 28 mil índios, nos municípios

8 Em março de 1988, pistoleiros atacaram um grupo de índios no igarapé do Capacete, matando catorze deles, entre homens, mulheres e crianças, ferindo 23 e deixando dez desaparecidos, num massacre que teve ampla repercussão nacional e internacional. Para maiores informações sobre a experiência do Museu Magüta e as demais experiências aqui relatadas, ver: Abreu (2011).

de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antonio do Içá, Tocantins, Jutai e Beruri. O principal trabalho consistiu em recuperar antigas tradições e técnicas artesanais em desaparecimento e estimular os artistas indígenas, especializados em diferentes artes (confecção de máscaras rituais, esculturas de madeira e de cocos de palmeira, pinturas de painéis decorativos de entrecasca, fabricação de colares, cestos, redes e bolsas).

Na época em que foi fundado, o Museu Magüta representou uma grande novidade no panorama dos museus no país. Se, outrora, os grupos indígenas eram representados nos museus etnográficos a partir de práticas de colecionamento de etnólogos-colecionadores, o Museu Magüta teve desde seu início uma proposta de autorrepresentação indígena. Tratava-se de um lugar de construção e de afirmação de uma identidade étnica na primeira pessoa, ou seja, implementada pelo próprio grupo interessado. A participação dos índios no processo de constituição das coleções e na montagem da exposição, bem como as responsabilidades que eles próprios assumiram na administração e dinamização do museu, configuraram um dos aspectos da singularidade daquela experiência. Com o trabalho do museu, os índios Ticuna passaram a ser mais respeitados e valorizados na região e mais conhecidos no país e até internacionalmente.

Em 1995, o museu foi premiado como “Museu Símbolo” pelo International Council of Museums (Icom), realizado em julho do mesmo ano, em Stavanger (Noruega). No mesmo ano, obteve o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por sua contribuição para a preservação da memória cultural brasileira. Uma exposição sobre a cultura Ticuna foi levada para o Museu Tropical (Tropenmuseum), em Amsterdam, no final dos anos noventa. Mais recentemente, em 2007, seu diretor, Nino Fernandes, foi agraciado com a Comenda da Ordem do Mérito Cultural pelas mãos do Presidente Lula. Ainda em dezembro de 2008, rece-

beu o prêmio Chico Mendes outorgado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O segundo exemplo a que me refiro consiste na experiência que ocorreu no Museu do Índio do Rio de Janeiro de uma exposição com curadoria compartilhada entre os índios Wajãpi e profissionais do campo da Antropologia e da Museologia. A participação dos índios foi efetiva em todos os momentos, tendo início com a confecção dos objetos para a exposição. Dominique Gallois, a antropóloga curadora da exposição, explica que “os Wajãpi se mobilizaram para produzir a coleção de mais de 300 objetos e todos os materiais necessários para a casa que seria construída no pátio do Museu do Índio no Rio de Janeiro” (Gallois, 2006).

Esta mesma experiência de curadoria compartilhada dos índios com profissionais de Antropologia e Museologia se deu mais tarde com a exposição “A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os Povos do Oiapoque” (formado por quatro grupos indígenas Karipuna, Ggalibi Kali’na, Galibi-Marworno e Palikur), que contou com a participação ativa da antropóloga Lux Vidal. A participação destes indígenas, colaborando diretamente com antropólogos e curadores das exposições, não representa um elemento isolado das transformações sociais e políticas relacionadas ao fortalecimento dos movimentos sociais. No caso do Museu Magüta há uma relação direta do museu com o processo de demarcação das terras Ticuna. No caso dos Wajãpi, o museu atua interligado com uma associação criada pelos próprios Wajãpi. Já os povos do Oiapoque integram a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apoio) criada com o objetivo de reunir esforços para a legalização das três terras indígenas. A antropóloga Lux Vidal (FFLCH/USP) vem atuando junto a estes povos e o tema dos museus e dos patrimônios tem aflorado nessa trajetória com veemência. Em uma apresentação memorável na 26ª RBA (Porto Seguro/BA), onde a antropóloga, pioneira no Brasil com relação a estudos de cultura material e povos indígenas, foi aplaudida de pé por alguns minutos

num auditório repleto, Lux Vidal refletiu sobre os desafios e potencialidades da criação do Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque/AP, conhecido como Museu Kuahi (Vidal, 2008). A antropóloga chamou a atenção para a importância da criação de museus como fenômeno de resistência à globalização. Segundo ela, “a construção da memória social (conjunto de práticas e representações, sistemas tradicionais e conhecimentos) e a construção contínua de identidades se apresentam como temas relevantes no mundo contemporâneo”. Ao discorrer sobre a implantação do Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque, Lux Vidal enfatizou que se tratava de um pedido dos índios do Baixo Oiapoque ao governador do Amapá, que, em 1998, inseriu este projeto no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá. A pesquisadora apresentou esta experiência de implantação de uma série de projetos e ações visando o resgate e o fortalecimento do patrimônio cultural dos Povos Indígenas do Oiapoque totalizando uma população de 5000 índios, espalhados em inúmeras aldeias e localidades ao longo dos grandes rios da região e da BR-156, que liga Macapá a Oiapoque (em futuro breve à Guiana Francesa). Enfatizando a importância da pesquisa interdisciplinar e participativa, Lux Vidal sublinhou o papel dos museus “como um lugar de convergência e diversificação de atores sociais, espaço de atividades concretas”. Mostrando como o museu converteu-se em “uma instituição totalmente inserida no ambiente sociopolítico indígena e regional e por isso mesmo muito dinâmica, mas também sujeita a conflitos e inúmeras negociações”, Lux Vidal chamou a atenção para “a articulação entre parcerias (grupos locais, organizações indígenas, órgãos governamentais, ONGs) para o funcionamento e desenvolvimento de uma instituição museológica regional”. Para a pesquisadora, o museu pretende abrigar e “preservar o acervo cultural material e imaterial destas populações, incentivando a capacitação de técnicos em museologia, professores e pesquisadores indígenas, permitindo ainda trocas entre o Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque e outras instituições culturais no

país e no exterior. Novos contextos, novas ações e novas maneiras de se constituírem identidades coletivas”.

Um outro ponto importante é que a entrada em cena dos “nativos” e a afirmação de uma antropologia que conjuga ação e reflexão, vêm trazendo novas possibilidades de ressignificação dos objetos coletados pelas antigas práticas colecionistas do século XIX.

Para o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2000a; 2000b), do Museu Nacional, seria importante que os museus promovessem uma interlocução com os indígenas para que fossem lançados olhares atuais sobre os objetos etnológicos expostos e sobre a classificação feita anteriormente por etnólogos e museólogos, de uma realidade de séculos passados, contemplando também os significados que os indígenas dão a estes objetos atualmente. A constatação foi produzida a partir de estudos em que João Pacheco levou aos índios Ticuna um livro do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, com fotos feitas no início do século XVIII de máscaras indígenas, para ouvir o significado que os índios atribuíam às peças e comparar com a classificação e o significado dado à peça no livro. A experiência mostrou várias divergências. Algumas máscaras que para o naturalista representavam animais, como macaco ou onça, para os Ticuna eram seres humanos; uma máscara classificada como um morcego era para os indígenas um mamífero de grande porte, como uma onça ou um cachorro do mato. Entre essas divergências está uma máscara que no livro aparecia como uma obra sem significado específico, fruto do capricho e entusiasmo, mas que para os Ticuna causava surpresa e terror, já que representava um espírito perigoso, que saía de baixo da terra enquanto as pessoas estavam dançando bêbadas e soprava em cima delas provocando brigas, agressões com cortes, até a morte.

A cultura indígena não é estática nem simplista, mas dinâmica; está em recriação e reconstrução ininterrupta. Portanto, o museu precisa enfrentar esse desafio e, ao invés de só deixar as máscaras (foco de sua pesquisa), por exemplo, armazenadas, imó-

veis nas vitrines, estabelecer contato entre as peças e os índios para que eles ajam e atribuam novos significados a essas peças. “Temos que entender que o tempo deles não é como o nosso, cronológico, são outros tempos históricos, eles vivem e atualizam conexões complexas”, disse João Pacheco de Oliveira, explicando que ao apresentar as fotos das máscaras de dois séculos atrás, elas ainda tinham ligações com a vivência atual. Mesmo que estivessem além de sua experiência cotidiana, eles estabeleciam diálogos com as peças, reconheciam e refletiam sobre seus significados. Para eles esses objetos não se cristalizavam e se reproduziam de forma mecânica e repetitiva, mas de forma incessante e atual, contribuindo no caso do imaginário religioso, por exemplo, para a manutenção da moralidade e protagonismo político e assim colaborando para sua forma de existência acontecer ainda hoje.

Quem sabe neste diálogo com aqueles que sempre foram representados nas instituições patrimoniais e, em particular nos museus, possamos reencantar os objetos, aquilo que chamamos de cultura material ou “objetos etnográficos”. Quem sabe recuperemos a magia das coisas que repousam inertes nas reservas técnicas dos museus, conferindo-lhes novos sentidos e significados articulados com o presente. E, desse modo, quem sabe possamos reencantar também a nossa boa e velha Antropologia trazendo novas inspirações para os estudos antropológicos sobre patrimônios e museus.

Para finalizar, gostaríamos de deixar claro que apenas tentamos sistematizar alguns dos aspectos e das temáticas que emergiram no GT de Patrimônios e Museus ao longo de todos estes anos de pesquisas, encontros e publicações. Certamente, deixamos escapar muitos outros pontos significativos e fazemos aqui o convite para que outros membros do GT acrescentem esta lista com suas impressões e leituras. O propósito do GT é exatamente o de trabalhar em rede com interlocuções e trocas permanentes sem pretender esgotar nenhum assunto. Pelo contrário, a única certeza que temos é que ainda há muito a ser construído.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Eterno Quarup, patrimônio da cultura xinguna. In: LOPES, Antonio Herculano (Org.). *Religião e performance ou as performances das religiões brasileiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra-capla, 2007. v. 1, p. 185-195.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mario; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: MINC/Iphan/DEMU/Garamond, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- ABREU, Regina. A emergência do “outro” no campo do patrimônio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, MAE-USP, suplemento 7, 2008.
- ABREU, Regina. Museus indígenas no Brasil: notas sobre as experiências Ticuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na. In: BARBOSA, Priscila Faulhaber; DOMINGUES, Heloisa. *Ciências e fronteiras*. Rio de Janeiro: MAST. (No prelo).
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, 2003.
- COUTO, Ione Helena Pereira. A tradução do objeto do “outro”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Iphan/DEMU, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- DIAS, Nélia. Antropologia e museus: que tipo de diálogo?. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Iphan/DEMU, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- FREIRE, José Ribamar Bessa. In: A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- GALLOIS, Dominique. *Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas*. São Paulo: Iepé, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: _____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond/IPHAN/DEMU, 2007. p. 139-157. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*. São Paulo: Hucitec, 1998.

HANDLER, Richard. On Having Culture. Nationalism and the Preservation of Quebec's Patrimoine. In: STOCKING JR., George W. (Ed.). *Objects and others. Essays on Museums and Material Culture*. London: University of Wisconsin Press, 1985.

LIMA FILHO, Manuel F. Paisagens patrimoniais e o jogo do tempo em Williamsburg (EUA) e Ouro Preto (Brasil). In: SILVEIRA, Flavio Leonel Abreu da; CANCELA, C. D. (Org.). *Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Editora UFPA, 2009. p. 45-62.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. *Antropologia e patrimônio cultural. Diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra/ABA, 2007.

MAUSS, Marcel. La Nation. In: *Oeuvres*, v. 3. Paris: Minuit, [1920]1969.

NASCENTE, Livia. Memórias, museus e narrativas coletivas: os povos indígenas do Oiapoque no Museu do Índio. Dissertação (Mestrado) – PPGMS/Unirio, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Máscaras: objetos étnicos ou recriação cultural? In: _____. *Os índios, nós*. Lisboa: Museu de Etnologia, 2000a.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Projeto de pesquisa Memória indígena e patrimônio cultural brasileiro: um exercício de investigação dialógica. In: ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah; LENA, Philippe (Ed.). *Boletim Rede Amazônia*. Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais, Rio de Janeiro, UFRJ, p. 73-76, 2000b.

PEREIRA, Luzimar de. *Viola cósmica: circulações e práticas de colecionamento da viola caipira*. Dissertação (Mestrado) – PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, XXXX.

ROCA, Andrea. El Museo Etnográfico "Juan B. Ambrosetti": los usos del tiempo en una colección de pasados. In: *Anuario de Estudios en*

Antropologia Social 2005 - Centro de Antropologia Social, CAS, IDES (Instituto de Desenvolvimento Econômico y Social). Buenos Aires, 2006. p. 65-85.

ROCA, Andrea. *Objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico*. Rio de Janeiro: MINC/Iphan/DEMU/Garamond, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

SANSIS, Roger. De armas do fetichismo a patrimônio cultural. Transformações do valor museográfico do Candomblé em Salvador da Bahia no século XX. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Iphan/DEMU, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

VIDAL, Lux. O Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque – Kuahí. Gestão do Patrimônio Cultural pelos Povos Indígenas do Oiapoque, Amapá. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. MAE-USP, suplemento 7, 2008.